

[Unesco reconhece união homoafetiva como patrimônio mundial](#)

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de reconhecer, em 2011, a união homoafetiva e a garantia dos direitos fundamentais aos homossexuais, recebeu o certificado MoWBrasil 2018, oferecido pelo Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

[\(Universa, 13/13/2018 - acesse no site de origem\)](#)

A decisão foi inscrita como patrimônio documental da humanidade no Registro Nacional do Brasil. O ex-ministro Ayres Britto, do STF, relator das ações que trataram do tema, representou a Corte durante cerimônia ontem (12), no Rio de Janeiro.

“A Constituição é arejadora dos costumes e sabe enterrar ideias mortas”, ressaltou o ministro. “[A decisão do STF] é de proibição do preconceito em função do modo sexual de ser das pessoas”, disse.

Ayres Britto acrescentou que este é um caminho de qualidade civilizatória democrática e humanista. “É caminho sem volta, é descolonização mental.”

A presidente do Comitê Nacional da Memória do Mundo da Unesco, Jussara Derenji, destacou que “um caleidoscópio da história está se formando através de novas contribuições das instituições nacionais”.

[Estado do Rio de Janeiro registra 431 vítimas de LGBTfobia em 2017](#)

Instituto de Segurança Pública lançou hoje [Dossiê LGBT+](#)

[\(Agência Brasil, 10/12/2018 - acesse no site de origem\)](#)

O estado do Rio de Janeiro registrou no ano passado 431 vítimas de violência motivada por LGBTfobia. O número leva em consideração as ocorrências registradas em delegacias e está incluído no dossiê LGBT+ elaborado pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro, lançado hoje (10).

O mês com maior número de casos foi abril (55) e o com menor, fevereiro (15). Os jovens de 18 a 29 anos somam mais de 40% das vítimas de LGBTfobia. Para o analista do ISP, Victor Chagas que organizou o estudo, o dado que mais impressiona é que em 55% dos 431 casos, as vítimas conheciam os autores. “Mostra a familiaridade da vítima com o autor. Esse número vai um pouco na linha do Dossiê Mulher [também elaborado pelo ISP]. Grupos vulneráveis, em geral,

têm dinâmicas parecidas. Então, a gente acaba vendo padrões do Dossiê Mulher também neste dossiê que a gente está lançando com dados estatísticos LGBT”, afirmou.

Segundo o analista, o trabalho foi exaustivo porque é preciso analisar nos registros a motivação para o crime e nos casos de LGBTfobia, em geral isso não fica muito claro. “A gente fez um trabalho bastante custoso em termos de tempo porque foi um trabalho de procurar a motivação e toda vez que fala em motivação de crime é um trabalho árduo, porque tem que abrir os registros e ler para saber a motivação. Não é uma informação pronta, depende de investigação da polícia. É uma informação mais difícil de ser adquirida”, disse.

Chagas alertou que é importante deixar claro que, apesar de ser um Dossiê LGBT, nem todas as vítimas de LGBTfobia são LGBT. “Esta é uma informação que as pessoas não entendem muito. Basta que a pessoa acredite que você é LGBT. Se alguém acredita, por exemplo, que uma pessoa é lésbica, mesmo que ela diga o contrário, ela pode sofrer uma agressão independente disso. Isso dá uma dimensão ainda mais grave porque o autor que faz este tipo de crime formula uma ideia de como a população LGBT deve ser e pratica os crimes com base nessa ideia que faz da população”, observou.

Residências

Outro dado que chamou a atenção do analista do ISP é que mais de 40% dos crimes ocorrem em locais residenciais - não necessariamente a residência da vítima. “Também mostra algum tipo de familiaridade. Você não estará em uma residência de alguém que não faz ideia de quem seja. Tem residências e condomínios como 43,4% do palco dos fatos”, informou.

Maria da Penha

Segundo Chagas, os números de violência moral atingem aproximadamente 52% dos casos. Para avaliar este tipo de crime, ele conta que a equipe os categorizou em tipos de violência com a mesma classificação usada na Lei Maria da Penha.

“Violência moral, psicológica, física, patrimonial e sexual - a gente adaptou os crimes que estava encontrando para entrarem nessas caixinhas. A gente tem um percentual bastante alto de violência moral, que a maior parte é composta por injúrias, principal crime neste tipo de grupo. Temos 22,7% tanto para violência psicológica, quanto para violência física, os dois com o mesmo percentual. Da física a maior parte é lesão corporal dolosa e na psicológica a maior parte é ameaça”, conta.

Homicídios

O estudo encontrou poucas informações sobre homicídios motivados por LGBTfobia. De acordo com o analista, em tese o homicídio está incluído em violência física, mas é difícil estabelecer que a motivação do crime foi LGBTfobia. “Muitas vezes homicídios praticados contra a população LGBT tem poucas informações e são em locais sem testemunhas. Não é possível saber ao certo”, completou.

Travestis e transexuais

Chagas identificou ainda o problema de subnotificação de crimes contra travestis e transexuais, que ele chama da população T: “a população T sempre tem mais dificuldades em acessar os meios formais de segurança”.

Ele conta que, por questões históricas relacionadas ao medo da polícia, poucos registram, formalmente, esses casos de violência. “Não notificam os crimes. É bastante complicado, questões históricas também colocam o medo que a população de travestis e transexuais tem em relação a polícia. A gente tem pouquíssimos números de travestis e transexuais na nossa mostra, são 13 transgêneros. O número é pequeno e reforça a ideia de que há subnotificação”, disse, acrescentando que não se pode afirmar categoricamente que há subnotificação, mas pesquisas fora do Brasil apontam nesta direção. “A gente acredita que isso aconteça sim, até porque, tem várias pesquisas de vitimização de fora do Brasil que falam que a população T subnotifica bastante por causa da questão de medo, de estigma. São muitos fatores”.

Relato

Durante o lançamento da publicação, o funcionário público aposentado Eduardo Michel, de 63 anos, morador da Tijuca, relatou agressão sofrida em 2017: “Até hoje tomo medicação para a memória. Tive depressão muito forte. Tem coisas que eu tenho lapsos. É o próprio inconsciente para se preservar. Foi uma coisa emblemática. Não foi só comigo Eduardo Michel. Isso acontece com militantes LGBT. O meu companheiro ficou muito machucado. Graças a Deus ele conseguiu ficar sem sequelas a não ser a psicológica”, disse.

O aposentado contou da dificuldade em enfrentar a LGBTfobia, pois ela está dentro das instituições, dentro da própria família, dentro da própria casa. “A família esconde. Quando morre um LGBT todo mundo quer esconder. Além das ameaças físicas, dizendo que vão nos matar, isso eu escuto toda hora. A família não quer se expor. Primeiro não quer dizer que é LGBT. Quando não pode negar dizem, até com apoio da própria polícia, que não é caso de LGBT. O meu caso saiu como briga de vizinhos. Chamei a imprensa e aí acabaram descobrindo o caso”, concluiu.

Por Cristina Indio do Brasil - Repórter da Agência Brasil

Todas as feministas precisam defender a liberdade transexual

Os direitos dos transgêneros são direitos humanos. Não existe feminismo sem vozes trans.

(HuffPost Brasil, 11/12/2018 - acesse no site de origem)

Uma data como o Dia da Memória Transgênero traz a possibilidade de homenagear a vida das pessoas que morreram vítimas da violência em todo o mundo. Em 2017, só nos Estados Unidos, foram registradas pelo menos 29 mortes de transgêneros em decorrência da violência – este, o maior número já visto no país. Essa violência fatal afeta de modo desproporcional as mulheres trans não-brancas.

As pessoas trans têm probabilidade maior de serem sem-teto, estar desempregadas ou não ter plano de saúde. Muitas delas vivem nas encruzilhadas complexas do racismo, homofobia,

transfobia, sexismo e preconceito de classe. Hoje, quando refletimos sobre as perdas e a violência pesada enfrentadas pela comunidade trans, é crucial que nós, como aliados, analisemos nosso papel no movimento pela igualdade e a justiça para as pessoas trans.

Um dos principais espaços onde as comunidades trans têm ficado historicamente invisíveis é dentro do feminismo *mainstream*. Apesar de serem as mais vulneráveis em uma sociedade que impõe o ideal binário, as mulheres e as comunidades transgênero são em grande medida excluídas das discussões culturais importantes sobre opressão de gênero, os males do patriarcado e como lutar pela igualdade de gênero.

Tome-se o caso, por exemplo, da [Marcha das Mulheres](#), da qual os chamados “pussy hats” cor-de-rosa viraram praticamente um símbolo (são gorros de gatinho, ou “pussy”, que significa “gatinho” ou “xoxota”). Várias das líderes da Marcha das Mulheres foram ativistas não brancas, mas a exclusão das mulheres trans e a utilização das “pussy hats”, que equacionam um lugar no movimento pela igualdade de gêneros com o fato de a pessoa ter vagina, foi repudiado por muitas pessoas trans e não binárias. As comunidades trans têm muito a perder sob a administração Trump, fato que torna ainda mais problemática essa desatenção gritante.

Desde que Donald Trump chegou ao poder, o governo americano já tomou várias medidas para privar pessoas LGBTQ de seus direitos previamente conquistados, desde recusar-se a proteger estudantes trans até negar vistos de entrada aos parceiros homossexuais de diplomatas, passando por proibir pessoas trans de servir nas forças armadas e pelo fechamento do conselho de assessoria para questões ligadas à Aids e ao HIV. [Recentemente, o New York Times](#) informou que a administração Trump pretende excluir pessoas transgênero e não binárias de sua definição legal de gênero. Se a medida for implementada, terá efeitos devastadores sobre o acesso da comunidade trans à saúde, moradia, educação e direitos civis.

Mas o processo de invisibilizar as experiências e identidades trans existiu muito antes de Trump chegar ao poder. Quando analisamos a discussão nacional sobre igualdade de gênero e feminismo, desde o movimento #MeToo até a disparidade salarial de gênero, vemos que as mulheres trans e as comunidades trans continuam a ser marginalizadas, em favor da atenção prestada às experiências das mulheres brancas cisgênero.

Um feminismo que não leva em conta os aspectos multifacetados e em constante evolução das mulheres ou da opressão de gênero não é um feminismo libertador.

A ausência de vozes trans e não binárias no movimento Me Too é especialmente prejudicial quando se considera a violência sexual que essas comunidades sofrem. Mais de uma em cada três mulheres trans e um em cada dois homens trans já sofreram agressão sexual, e a incidência de agressão sexual contra pessoas não binárias é ainda maior. As pessoas trans que fazem trabalho sexual têm probabilidade maior de tornar-se vítimas de violência, e os sobreviventes trans enfrentam uma barreira de discriminação e estigmatização quando procuram atendimento depois de sofrer traumas sexuais.

Quando escreve sobre a ampliação da discussão sobre violência sexual, Raquel Willis explica: “Já senti muitas vezes que não podia falar sobre minha experiência de assédio e agressão sexual, porque já testemunhei as dificuldades enfrentadas até mesmo por mulheres cisgêneros quando elas denunciam essas agressões. O fato de eu ser trans, queer e negra torna minhas denúncias menos dignas de crédito em uma sociedade que me enxerga como essencialmente

uma pessoa transviada.”

Quando falamos de opressão, deveríamos focalizar as experiências das pessoas que correm risco maior de ser orpimidas. O Me Too tornou-se um momento importante de denúncia de mulheres cisgênero e do reconhecimento de suas experiências com sexo, consentimento e poder. Mas, em seu estado atual, o movimento não possui as nuances necessárias para explorar o patriarcado como sistema complexo que afeta todas as pessoas e que continua a defender ideias binárias de que a violência sexual só acontece com certo tipo de pessoa.

Quando falamos da exclusão dos trans no feminismo, é crucial reconhecer as feministas radicais trans-excludentes (TERFs), um subgrupo de pessoas para quem as necessidades das mulheres cisgênero não se alinham com as das mulheres e comunidades trans e para quem estas últimas não têm lugar no movimento feminista atual. A ideologia TERF tem sua origem no essencialismo biológico e não difere muito da visão de muitos grupos de direita que defendem os chamados “valores familiares” e fazem questão de retratar as pessoas trans como sendo perigosas ou transviadas.

As TERFs são criticadas há muito tempo pelas feministas interseccionais e as organizações LGBTQ por sua alegação transfóbica de que representam “mulheres de verdade”. Mas a exclusão dos trans dentro do feminismo muitas vezes ocorre de maneiras mais insidiosas, embora nem por isso menos prejudiciais à formação de um movimento feminista inclusivo e verdadeiramente feminista.

Os direitos dos transgêneros são direitos humanos. ...Não existe feminismo sem vozes trans.

Graças ao ativismo acirrado das mulheres não brancas, das mulheres de classe trabalhadora e das mulheres com deficiência física, todas as quais exigiram que o feminismo mainstream reconhecesse suas experiências e necessidades políticas, o discurso feminista de hoje está se sintonizando com as experiências de uma grande gama de identidades. Ativistas e líderes feministas como bell hooks, Shirley Chisholm, Dolores Huerta e Marsha P. Johnson, além das atuais Laverne Cox, Mia Mingus, Roxane Gay e Loretta Ross (e a lista continua), deixaram marcas indelévels sobre a discussão cultural sobre o que e para quem é o feminismo.

Embora os movimentos tenham se tornado mais inclusivos e interseccionais ao longo do tempo, ainda temos um longo caminho a percorrer para que nossos movimentos feministas destacados sejam verdadeiramente revolucionários e para todas. Como escreve Meredith Talusan, falando sobre a exclusão das trans no feminismo, na plataforma comunitária them, “mesmo entre as mulheres cisgênero que não acreditam que uma pessoa tenha que ter nascido com vagina para ser mulher, continuamos a ser vistas não como potenciais líderes dotadas de conhecimentos singulares, mas ou como vítimas ou como símbolos a serem incluídos, desde que nossas opiniões não divirjam demais das da maioria”.

O processo de tokenização das pessoas trans ocorre de maneiras diferentes, desde as grandes organizações de mulheres que podem citar ativistas trans no Dia Internacional da Mulher mas, ao mesmo tempo, não têm lideranças trans internas nem iniciativas seletivas para apoiar as mulheres trans no longo prazo, até a exploração por Hollywood de narrativas trans, ao mesmo tempo em que atores, roteiristas e produtores trans são colocados de escanteio.

As pessoas trans vão continuar a existir, não importa qual seja a definição de gênero seguida pelo governo, e as pessoas trans não podem ser deletadas. Os direitos dos trans são direitos humanos. Como feministas cisgênero, precisamos reconhecer como deixamos de apoiar nossas irmãs trans e precisamos usar os privilégios que desfrutamos neste momento para apoiar nossas comunidades trans, hoje mais que nunca.

Somos todas prejudicadas pelo patriarcado, pela opressão de gênero e pelos conceitos restritos de gênero, sexualidade, poder e valor. Nossas lutas estão interligadas; nosso movimento também precisa sê-lo. Na prática, isso quer dizer que as feministas não precisamos apenas criar espaço para mulheres e comunidades trans em nosso movimento, mas também apoiar, cultivar e honrar suas lideranças.

Precisamos combater a transfobia onde quer que a encontremos. Precisamos cobrar criticamente nossos privilégios cisgêneros. Precisamos amplificar as vozes e os movimentos trans. Onde quer que conquistemos direitos, visibilidade ou empoderamento, precisamos carregar nossas comunidades transgênero juntas.

Não existe feminismo sem vozes trans. Dizem que se você não tem um lugar à mesa, você faz parte do cardápio. Não podemos mais ficar paradas, sem fazer nada, enquanto membros de nossa comunidade e nossas aliadas são devoradas.

O que pensa a futura ministra dos Direitos Humanos sobre LGBT e mulheres

Em série de vídeos no YouTube, a então pastora diz que Brasil vive ditadura gay e nega que “milhões de mulheres” morram com abortos

[\(Exame, 07/12/2018 - acesse no site de origem\)](#)

A nova ministra do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, a pastora Damares Alves é advogada de formação e, hoje, atua como assessora parlamentar do senador Magno Malta, um dos articuladores de campanha do presidente eleito, Jair Bolsonaro.

No Congresso Nacional, ela é, ainda, assessora jurídica da Frente Parlamentar Mista da Família e Apoio à Vida, da Frente Parlamentar de Combate as Drogas e da Frente Parlamentar Evangélica.

Damares Alves, que já declarou ter sofrido abuso quando tinha seis anos de idade, é fundadora do Movimento ATINI - Voz pela Vida de proteção e defesa da criança indígena. Também é secretária geral do Movimento Nacional Brasil Sem Aborto e conselheira do Movimento Nacional Brasil Sem Drogas.

Ela é, ainda, coordenadora do projeto Adota Brasil e conselheira do Instituto Flores de Aço de combate à violência contra a mulher e de cuidado com a infância.

Sua indicação recebeu apoio de entidades, igrejas, organizações não governamentais e ativistas pró-família. O Instituto Infância Protegida divulgou nota de apoio à nova ministra.

“Damares Alves tem experiência de mais de 20 anos na defesa da vida e promoção da dignidade humana, na defesa da família, da infância, contra a pedofilia, infanticídio, suicídio e automutilação, bem como contra o consumo e a possibilidade de liberação das drogas, que de forma tão violenta tem ceifado a vida de nossos jovens no Brasil”, informa a nota, que complementa que ela representa a perpetuação dos valores morais, da família e da mulher.

O pensamento de Damares pode ser conhecido mais profundamente através de um culto de uma hora e meia ocorrido em maio de 2016 e publicado no YouTube.

A então pastora diz que “chegou a nossa hora” e que “é o momento de a Igreja ocupar a nação. É o momento de a igreja dizer à nação a que viemos. É o momento de a igreja governar”.

A futura ministra disse que “só há um lugar seguro em que o seu filho está protegido nesta nação. É o templo, é a igreja, é ao lado do seu sacerdote”.

O que disse sobre aborto

A Folha de São Paulo reportou que [a ministra falou sobre o tema aborto após sair de reunião com o presidente eleito na sede do governo de transição, em Brasília.](#)

“Se a gravidez é um problema que dura só nove meses, o aborto é um problema que caminha a vida inteira com a mulher”, disse ela.

“Eu sou contra o aborto. Nenhuma mulher quer abortar. Elas chegam até o aborto porque, possivelmente, não foi lhe dada nenhuma outra opção. A mulher aborta acreditando que está desengravindando (sic), mas não está”, declarou.

A futura ministra também disse que “a pasta não vai lidar com o tema aborto, vai lidar com proteção de vida e não com morte”. O tema também é tratado em seu DVD, publicado no YouTube em fevereiro de 2014:

Em um dos vídeos com a pastora, publicado em abril de 2013 no YouTube, ela diz que os movimentos feministas manipulam dados para inflar o número de mortes causadas pelo aborto no país:

“[Ex-ministros da Saúde] dizem que no Brasil milhões de mulheres morrem por causa do aborto. Cadê os milhões de túmulos? Pastores, quantas mulheres vocês já fizeram o culto fúnebre e enterraram porque morreram por causa do aborto? Mentira! Não existe milhões de mulheres morrendo por causa do aborto no Brasil. Eles manipulam dados e estatísticas para impor na sociedade brasileira uma cultura de morte”.

O que disse sobre LGBT

Ao [jornal O Globo](#), a futura ministra afirmou nesta quinta-feira (06) que é preciso inserir transsexuais no mercado de trabalho.

“É essencial ter um diálogo com a travesti que está na rua, que está se prostituindo. Será que está lá por opção, ou porque não ingressam no mercado de trabalho? Gostaria muito de conversar sobre isso. Tenho encontrado travestis dotados de uma inteligência extraordinária e com o corpo machucado. O corpo na rua sendo machucado. Será que não está na hora de a gente começar a ver esse ser, que foi por tantos anos discriminado, e se perguntar: por que para o travesti sobra só a prostituição? Por que só esse caminho, por que não trazer eles para as universidades?”.

Questionada sobre o casamento homoafetivo, Damares disse que esse é um direito adquirido pois “direitos conquistados não se discute mais. Então, pra mim, é uma questão vencida, tanto é que o movimento gay nem tem mais isso como pauta, é uma questão superada, um direito civil garantido.”

Mas o seu histórico de declarações sobre o tema de direitos LGBT tem um tom menos conciliatório.

Em um trecho do seu DVD, ela diz que estamos vivendo uma “ditadura gay” e defende uma diferenciação entre os homossexuais, que devem ser amados e acolhidos, e as associações do movimento gay, que estão “milionárias” e “jogam sujo”.

“Falam que os religiosos são homofóbicos, mas não tem um crente, um evangélico na cadeia preso porque matou um homossexual. Quem há anos está nas ruas acolhendo os homossexuais dessa nação são os evangélicos (...) O movimento gay é um movimento partidário, ideológico e político e eles estão dispostos a enfrentar todas as outras instituições que são contrárias ao que eles pensam”.

No vídeo de 2013, ela também diz, entre outras coisas, que “não há uma prova científica de que o gay nasce gay. Se tivesse eles já tinham jogado isso na nossa cara. Não existe. A homossexualidade ela é aprendida a partir do nascimento, lá na infância, lá no berço, a forma que se lida com a criança. Ninguém nasce gay”.

O que disse sobre ideologia de gênero

A pastora já afirmou diversas vezes que não acredita na “ideologia de gênero” e defende que homens e mulheres são diferentes, apesar de precisar de direitos iguais.

“Atuo contra a erotização de crianças e adolescentes e, conseqüentemente, estou há anos na estrada no combate à ideologia de gênero, pois a erotização de crianças é um dos pilares desta terrível ideologia.”

“Eu tenho uma posição muito forte em relação à teoria de gênero. É uma teoria furada, sem nenhuma comprovação científica. Mas homens e mulheres não são iguais. E isso eu tenho certeza. Mulher é mulher, homem é homem. É muito ruim dizer que somos iguais, porque eu não consigo carregar um saco de cimento nas costas, e o homem que está do meu lado não consegue fazer todas as coisas que eu faço ao mesmo tempo.”

“Todos os meninos vão ter que entregar flores para as meninas nas escolas, para entender que nós não somos iguais”, completa.

“Quando a teoria de gênero vai para a sala de aula e diz que todos são iguais e que não tem diferença entre menino e menina, as meninas podem levar porrada, porque são iguais aos meninos. Somos frágeis, mas somos muito especiais, fazemos coisas que eles não conseguem fazer”, diz Damares.

O que disse sobre papel da mulher na sociedade

Na entrevista para o Globo, ela diz também que “a mulher nasceu para ser mãe, porque a mulher nasceu com útero. Nesse planeta Terra, a fêmea nasce com útero para gerar. Então eu não menti. A mulher nasce para ser mãe. Se ela não quer ser mãe, é uma opção dela, mas a mulher nasceu, sim, para ser mãe.”

“É raça humana. O homem é protetor, provedor, cuidador. Mas a raça humana mudou. Então a gente briga com a natureza”, completa.

“Eu gostaria de ter um mundo em que a mulher só trabalhasse se quisesse. Meu sonho é estar numa rede, numa tarde e meu marido trabalhando muito, muito, muito para me sustentar e me encher de jóias”, diz a futura ministra.

Desafios

Para Jacira Melo, diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão, um dos maiores desafios da nova ministra será ampliar as ações de combate à violência contra a mulher e a desigualdade racial no país.

Segundo a especialista, apesar dos avanços nessa área nos últimos anos, o Brasil ainda tem índices alarmantes quando o assunto é o feminicídio ou agressões por raça ou gênero.

“Apesar de termos avanços, principalmente, a partir do final dos anos 1990 na defesa dos direitos humanos, o Brasil está deixando muito a desejar no combate às desigualdades. Espero que as ações não sejam pautadas pelo caminho ideológico ou religioso, e sim com dados estatísticos”, disse Jacira Melo.

No Brasil, 13 mulheres são assassinadas por dia. Em 2016, 4.645 mulheres foram assassinadas no país, o que representa uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras, um aumento de 6,4% no período de dez anos, segundo dados do Atlas da Violência 2018, feito pelo IPEA.

[Após cinco anos, STF vai julgar pedidos de criminalização da homofobia](#)

Tribunal marcou para o dia 12 de dezembro a análise de duas ações que pedem a equiparação da discriminação contra LGBTIs

[\(Brasil de Fato, 02/12/2018 - acesse no site de origem\)](#)

O Supremo Tribunal Federal (STF) marcou para o dia 12 de dezembro, o julgamento de duas ações que buscam a [criminalização dos atos de ódio contra a comunidade LGBTI](#) - sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais - chamados genericamente de homofobia ou LGBTfobia. Um dos pedidos é um mandado de injunção, impetrado pela Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo (APOLGBT) para que o STF defina o crime de homofobia, garantindo os direitos constitucionais desse segmento da população. No entanto, este pedido é considerado frágil, pois pode ser entendido como ingerência do Supremo sobre o Congresso Nacional, o que já motivou um pedido de adiamento de julgamento.

O outro pedido é uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO), [impetrada pelo Partido Popular Socialista \(PPS\)](#), que determinaria ao Legislativo o dever de elaborar uma legislação nesse sentido. “É o tipo de ação que se faz quando o Congresso tem uma ‘mora legislativa’, quando a Constituição estabelece um tipo de garantia e de direito e o Congresso não a concretiza - transforma em lei - em um prazo razoável”, explicou o professor de Direito da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e ativista de direitos humanos, Renan Quinalha.

A ADO foi proposta em 2013. O PPS alega que o Congresso Nacional tem se recusado a votar o projeto de lei que visa efetivar tal criminalização. “O legislador não aprova, mas também não rejeita, deixando este e todos os outros temas relativos à população LGBT em um verdadeiro limbo deliberativo”, diz a petição inicial. Na ação, o partido pede a criminalização específica de todas as formas de homofobia e transfobia, especialmente as ofensas individuais e coletivas, os homicídios, as agressões e as discriminações motivadas pela orientação sexual e/ou identidade de gênero - real ou suposta - da vítima.

Segundo o advogado, a Constituição proíbe qualquer tipo de discriminação, mas não fala expressamente em orientação sexual ou identidade de gênero, que acaba incluída em ‘outras discriminações’. “O que se está pedindo é que o STF declare que a Constituição obriga a proteção da cidadania e dos direitos da população LGBTI. Normalmente para se criminalizar uma conduta é preciso uma lei, no sentido formal. É o Legislativo quem faz isso e não o Judiciário. Então se pede que o STF faça que ele já fez no passado, em um processo conhecido como Caso Ellwanger, no Rio Grande do Sul”, explicou.

[O Caso Ellwanger](#) é uma referência ao livreiro que publicava livros com conteúdo antissemita, no Rio Grande do Sul. O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul o condenou por racismo, com base na legislação de 1989, e o STF negou-lhe um pedido de habeas corpus. “O Supremo entendeu que o conceito de racismo é um conceito político social mais amplo, não só para questão de raça, cor de pele, mas que se enquadra em qualquer tipo de inferiorização de um grupo por outro, por um atributo que o grupo tenha. Então foram incluídos judeus nesse grupo. E agora se pede a inclusão da comunidade LGBTI”, explicou Quinalha.

Para o advogado, é muito importante que essa discussão seja ampliada com uma decisão do STF, sobretudo em tempos que se quer proibir qualquer discussão sobre diversidade sexual e gênero em escolas e espaços culturais. “O Brasil é o país que mais mata LGBTIs no mundo, segundo os dados levantado pelo Grupo Gay da Bahia, que é o que a gente tem de monitoramento porque o Estado brasileiro sequer monitora a violência contra a comunidade LGBTI, não temos dados oficiais. Ainda assim, o que temos é uma pessoa LGBTI assassinada a cada 19 horas e isso certamente é subestimado. Alguma coisa precisa ser feita”, ressaltou.

Para a coordenadora nacional do Movimento Mães pela Diversidade, organizado por familiares de LGBTI, a importância desse julgamento é imensa. “A gente só vai inibir o preconceito, a discriminação e a violência com a lei. E todos os preconceitos já estão equiparados ao racismo, inclusive o preconceito religioso. Menos a LGBTfobia. Meu filho já sofreu todo o tipo de violência e eu espero que o STF finalmente faça justiça e livre a população LGBT e suas famílias das políticas persecutórias desse Congresso omissivo. E nos retire da condição de cidadãos de segunda categoria”, afirmou.

Hoje existem, ao menos, dois projetos que propõem a criminalização da homofobia. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 122, de 2006, proposto pela ex-deputada federal Iara Bernardi (PT - SP) está arquivado no Senado. Em 2014, a deputada federal Maria do Rosário (PT-RS) apresentou o PL 7582, com a mesma proposta, que está parado na Câmara.

Rodrigo Gomes

Casamentos homossexuais disparam como resistência a Bolsonaro

As uniões civis entre a comunidade LBTBI disparam diante da chegada ao poder do ultradireitista

[\(El País Brasil, 18/11/2018 - acesse no site de origem\)](#)

O plano sempre foi comprar o apartamento primeiro e casar-se depois, com uma grande festa, de conto de fadas, mas então Jair Bolsonaro ganhou as eleições. Luanna Bulhões, de 30 anos, professora de uma escola pública de São Paulo, quase teve um ataque de pânico ao ouvir, no domingo eleitoral de 28 de outubro, que a extrema direita governaria o Brasil. Não parava de pensar no carro que, dois dias antes, tinha desviado de seu caminho e subido na calçada onde sua namorada corria, em São Miguel Paulista, na desassistida zona leste de São Paulo.

“Ela se esquivou por milagre: o carro queria atropelá-la, estava claro, ou assustá-la, pelo menos”, conta agora Luanna com a testa franzida de indignação. Ao seu lado, a namorada, Deise Oliveira, estudante universitária de 23 anos, murmura com voz grave e tímida: “Estava de camisa xadrez e calça curta e larga, bem no estereótipo da lésbica”. E se resigna: “Quanto mais estereótipo, mais estigma. Mais violência”.

Para elas, as duas coisas, o ataque e as eleições, estão intimamente relacionadas. Acreditam que tanto o novo Governo como seus muitos seguidores nas ruas vão colocar à prova a frágil segurança da comunidade LGBTI no Brasil, então querem se proteger. Decidiram se casar. Nem apartamento, nem festa de arromba. Do ponto de vista delas, é isso ou talvez não haja final feliz nesse conto de fadas.

“Não temos dinheiro guardado: o que temos é um casamento organizado às pressas”, lamenta Luanna, sentada no 34º cartório de registro civil de São Paulo, o mais popular na tramitação de uniões homossexuais em uma cidade que é, para efeitos práticos, a capital gay no Brasil. E ela

não está sozinha. Não param de chegar casais em busca de um casamento in extremis ao cartório, seguindo o mesmo raciocínio. “A demanda disparou”, alerta o diretor do cartório, o notário Adolpho Bastos da Cunha. De seis casais em agosto, o cartório recebeu 11 em outubro e 12 estão na agenda para dezembro. E espera-se mais.

Algo parecido acontece nos outros 120 cartórios de São Paulo, que acolheram no ano passado 2.835 dos 5.816 casamentos realizados no Brasil entre pessoas do mesmo sexo. O número representou um aumento de 25% em relação a 2016. Agora, a alta prevista é muito maior.

Em parte é uma resposta à ameaça política que a comunidade LGBTI percebe diante da presidência de Bolsonaro, homofóbico declarado, e a atuação de um Congresso mais evangélico do que nunca (91 deputados de 513). O Supremo Tribunal Federal declarou constitucional a união homossexual em 2011, em função de uma ação. Dois anos depois, o Conselho Nacional de Justiça se baseou nisso para obrigar os cartórios do país a realizar os casamentos gays.

O Congresso, no entanto, não aprovou nenhuma lei que proteja esse direito, e a comunidade LGBTI teme que com o novo cenário político haja um retrocesso. “Retirar um direito como o do casamento é impossível em um Estado de direito”, tranquiliza Mario Solimene, um dos poucos advogados do Brasil especializado em uniões homoafetivas. “Apesar de muitos temerem o pior.”

Hostilidade cotidiana

Esses casamentos são, acima de tudo, um gesto político. As agressões e ameaças físicas, como a do carro que quase atropelou Deise, se multiplicaram desde as eleições. As mortes violentas entre a comunidade LGBTI já tinham disparado 30% em 2017, com 445 homicídios por ano. Um recorde para o país.

Mas agora se soma uma nova hostilidade cotidiana. EL PAÍS perguntou a dezenas de pessoas LGBTI, em associações e fóruns. Seus testemunhos desenharam um país cada vez mais agressivo contra a homossexualidade. Foi o caso de Priscila, travesti assassinada a punhaladas ao grito de “Bolsonaro presidente” no centro de São Paulo em 16 de outubro. E uma lésbica, que prefere não ser identificada, que recebeu um soco no metrô dias depois. Vários entrevistados contaram ter sido ameaçados de morte com frases do tipo “as bichas vão morrer com Bolsonaro” na rua ou nas redes sociais para homens gays.

“Estamos notando um recrudescimento na relação entre a comunidade e o resto da sociedade”, alerta Claudio Nascimento, coordenador da ONG Grupo Arco-íris. “É fruto do discurso de ódio do presidente eleito. Foi entendido como uma autorização para discriminar.” Casar-se representa uma união, entre si e com as instituições. Uma forma de resistência.

Luanna e Deise vão comemorar o casamento sem a família desta última: são evangélicos e não aceitam que ela seja lésbica, e muito menos que se case. “Isso os que sabem do casamento”, acrescenta. O aumento dos evangélicos na política brasileira é só um dos elementos que elevou a tensão entre o coletivo e a sociedade.

Mas Luanna e Deise não estão sozinhas. O vestido, por exemplo, será desenhado grátis por uma estilista transexual. O bolo e as fotos também foram presentes de desconhecidos: os mais de 600 profissionais que observaram por meio das redes sociais o furor que existe em relação aos casamentos homossexuais e responderam oferecendo-se para trabalhar gratuitamente nas

cerimônias.

Por Tom Avedaño

TJ-RS condena boate a indenizar mulheres expulsas por se beijarem

A 5ª Câmara Cível do Rio Grande do Sul condenou uma boate de Pelotas a indenizar por danos morais duas mulheres que sofreram preconceito e foram expulsas do local porque estavam se beijando. O estabelecimento terá que pagar R\$ 10 mil a cada uma.

[\(Conjur, 12/11/2018 - acesse no site de origem\)](#)

As autoras contam que foram retiradas brutalmente de dentro do local por quatro seguranças, que afirmaram que o evento se tratava de uma festa heterossexual, e que o fato ocorreu na frente de várias pessoas. Um amigo teria tentado gravar o ocorrido e disse que os seguranças pegaram o seu celular e só devolveram depois das imagens terem sido apagadas. As mulheres disseram que o fato teve grande repercussão na comunidade local.

Em primeiro grau, o juiz Paulo Ivan Alves de Medeiros, da Comarca de Pelotas, entendeu que “houve a prática de ato ilícito, já que as autoras foram expulsas do estabelecimento sob justificativa preconceituosa, causando constrangimento às envolvidas perante as demais pessoas que estavam presentes no local”.

Ele lembrou que a empresa não apresentou nenhuma prova de que elas foram conduzidas amigavelmente para a portaria do estabelecimento para serem avisadas sobre as regras do local. Também afirmou que, após iniciarem agressões verbais e físicas contra os seguranças, é que elas foram levadas à via pública com proibição de retorno à festa.

Na sentença, o juiz afirmou que a conduta ultrapassou os limites da guarda e proteção à ordem do local e atingiu a imagem das autoras. A ré foi condenada a indenizar cada uma delas no valor de R\$ 15 mil por danos morais. Mas a dona da danceteria recorreu ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul alegando ausência de comprovação de que a retirada foi brutal. E que as autoras estavam se acariciando de “forma claramente obscena”.

A relatora do acórdão, desembargadora Isabel Dias Almeida, afirmou que “é incontroverso que as autoras foram retiradas do estabelecimento demandado pelos seguranças, residindo a controvérsia em possível excesso e, por conseguinte, no dever de indenizar”.

Isabel Dias Almeida declarou que compartilha do entendimento do juiz em primeira instância, de que o depoimento de uma testemunha, embora tenha sido dispensado de compromisso, relatou com coerência e riqueza de detalhes a atuação agressiva dos seguranças.

Por fim, a desembargadora também declarou ser ilícita a conduta dos seguranças e afirmou estar caracterizado o dano sofrido pelas vítimas. Ela manteve a indenização por danos morais,

mas reduziu o valor para R\$ 10 mil para cada uma das autoras. O desembargador Jorge André Pereira Gailhard e a desembargadora Lusmary Fatima Turelli da Silva acompanharam o voto da relatora. *Com informações da Assessoria de Imprensa do TJ-RS.*

Clique [aqui](#) para ler a decisão.
Processo 70078027232

[Amália Fischer ensina a mulheres, lésbicas e trans o caminho da autonomia](#)

Criadora do Fundo Elas, no Rio de Janeiro, a socióloga sensibiliza investidores para aplicar recursos em projetos sociais. As ações emancipam financeiramente as pessoas que se empoderam politicamente e conquistam oportunidades

[\(Marie Claire, 12/11/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Em 2010 **Amália Fischer**, 63 anos, juntou quatro mulheres, todas ativistas e feministas lésbicas, para criar o Fundo Elas. “Estava surgindo no Brasil a ideia do investimento social. Era hora de lançar a proposta inovadora do fundo”, diz a mexicana-nicaraguense que chegou ao Brasil em 1995 para um doutorado em comunicação na Universidade Federal do Rio de Janeiro, apaixonou-se pelo país e ficou por aqui. No México, já contribuía com o Fondo Semillas, que tem propósito semelhante.



PRÊMIO
VIVA

PELA VIDA DE TODAS
AS MULHERES

AMÁLIA FISCHER

FINALISTA NA
CATEGORIA
SOCIEDADE CIVIL

marie claire E INSTITUTO AVON

Amália encontrou uma cultura de doação direcionada à caridade e a projetos que envolvem crianças e educação. O primeiro desafio foi desenvolver o hábito de oferecer verbas para causas, digamos, menos palpáveis. Seu maior trabalho era - e ainda é - convencer empresas e instituições a destinar dinheiro para fortalecer o protagonismo e a liderança de mulheres com capacidade de mobilizar outras em torno do direito de todas, como explica a coordenadora-geral do Fundo Elas, finalista na categoria Sociedade Civil.

“Não foi fácil fazer os doadores entenderem a importância da equidade de gênero”, lembra. Era preciso explicar que quando uma mulher estuda e trabalha ela promove os filhos, o companheiro, os parentes e ainda influencia as vizinhas. Todos crescem, a sociedade se torna mais justa e sustentável. Assim, o Fundo seleciona candidatas pobres que têm projetos importantes, as capacita em cursos de gestão, comunicação, liderança, finanças... Já fomentou em comunidades carentes pequenas padarias, lanchonetes, salões de beleza e inúmeros projetos de empoderamento político e social.

Meu compromisso ético é dar o melhor de mim para que não exista mulher nem menina sem direitos e oportunidades - especialmente negras, pobres, jovens, migrantes e lésbicas
Amália Fischer

O impacto: em 18 anos, o Fundo Elas apoiou cerca de 450 trabalhos, mobilizando mais de R\$ 26 milhões em doações.

No último edital, o Elas recebeu 127 propostas de vinte estados brasileiros e selecionou dez. Todas focadas no protagonismo de lésbicas, bissexuais e trans. Uma das escolhidas foi TransFormar, da Associação de Travestis e Transexuais de Curitiba, que criará um espaço de debate sobre os direitos de travestis e transexuais em liberdade ou privadas de liberdade. Inclui cursos sobre segurança pública, saúde, educação e assistencial social no sistema prisional.

Outro projeto é de Altamira, no Pará, apresentado pelo Coletivo de Mulheres Negras Maria-Maria (Comunema), com foco nas consequências sociais de megaprojetos, como a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, que causaram desequilíbrio na região transamazônica e do Xingu. Propõe a organização política de LGBTI, a formação em cidadania e direitos humanos, o combate ao racismo, feminicídio e cyberbullying.

[Direitos não retrocedem, por Flávia Oliveira](#)

Casamento não é liquidação de verão nem semana de Black Friday para ter data limite

[\(O Globo, 09/11/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Respeito, elogio, admiro, celebro, louvo, reverencio a rede de solidariedade que se formou em torno dos casais homoafetivos empurrados para o casamento por medo da intolerância e do

autoritarismo galopantes. É belo e simbólico o afeto de empenhar serviços gratuitamente em nome do amor. Mas a militância histórica contra a discriminação por orientação sexual não merece terminar confinada em bunkers de solidariedade. O Brasil não pode se tornar o país que confunde direito com benefício por prazo determinado.

É disso que trata a formalização apressada de uniões de pessoas do mesmo sexo às vésperas da posse do presidente da República que, supostamente, baniria por decreto uma conquista, não dos gays ou das lésbicas, mas da sociedade brasileira. Se numa canetada o chefe do Executivo pode dar fim a direitos sociais, ninguém em juízo perfeito pode dizer que as instituições democráticas estão funcionando.

Moças e moças, rapazes e rapazes tiveram a união estável declarada legal pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em maio de 2011. A mais alta Corte do país equiparou os relacionamentos homoafetivos aos heterossexuais em decisão unânime, por dez votos a zero — só o ministro Dias Toffoli, hoje presidente do Supremo, declarou-se impedido por ter atuado no caso como advogado-geral da União. Dois anos depois, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) proibiu que autoridades se recusassem a habilitar ou celebrar o casamento civil ou a conversão em casamento da união estável entre pessoas do mesmo sexo.

O CNJ agiu porque, mesmo depois de o STF reconhecer o direito, alguns cartórios não se sentiam obrigados a formalizar as relações. A Resolução 175/2013 pacificou o tema ao deixar claro que notários ou registradores estavam proibidos de recusar — logo, obrigados a reconhecer — as uniões homoafetivas, independentemente de entendimentos pessoais.

Naquele ano, o IBGE passou a contabilizar os casamentos de pessoas do mesmo sexo. De 2013 a 2017, as Estatísticas do Registro Civil computaram 11.727 casamentos entre cônjuges masculinos e 13.682 femininos. Em meia década, 25 mil casais formalizaram relacionamentos. Outros tantos homossexuais, por confiança na Justiça e na democracia, passaram a dormir tranquilos por terem conquistado o mesmo direito que cônjuges heterossexuais acessavam naturalmente. Agora, vivem insones pela ameaça de revogação.

Mesmo respeitando e acolhendo os casais que estão acelerando as uniões para não perderem direitos, é preciso brigar pelos brasileiros e pelas brasileiras que não tiveram a felicidade de ter um par disposto a casar nesta reta final de 2018. Casamento não é liquidação de verão nem semana de Black Friday para ter data limite. Não é certo uma representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) recomendar que casais se unam às pressas, por medo de uma transição de poder comprometida com agenda discriminatória e inconstitucional.

Antes de as urnas confirmarem a vitória do candidato que mistura igreja e Estado e desqualifica o debate sobre minorias, o Brasil já vinha exercitando a naturalização do absurdo. Prova disso foram as vezes em que o presidente eleito, Jair Bolsonaro, teve de responder sobre machismo, racismo e homofobia ou declarar obediência à Constituição. O medo da proibição do casamento homoafetivo é mais uma evidência. Professor de Direito Constitucional e membro do Ministério Público do Rio de Janeiro, Guilherme Peña afirma que nenhuma tentativa de revogação passaria no Supremo. Ele evoca o que juristas chamam de efeito cliquet, expressão dos alpinistas para o movimento que só permite subir, nunca descer: “Conquistas sociais não podem retroceder, só avançar. É o que chamamos de vedação do retrocesso social”.

Anos atrás, a Coordenaria de Diversidade Sexual da Prefeitura do Rio, Carlos Tufvesson à frente, lançou uma campanha contra a LGBTfobia que ensinava: “Se um de nós não tem direitos civis, nenhum de nós tem direitos civis”. Por isso, lutemos.

CiberAna promove Curso de Segurança Digital para LBTs - inscrições até 10/11/2018

A CiberAna, nova plataforma EAD sobre segurança digital para lideranças LBTs (lésbicas, bissexuais e trans), recebe inscrições até 10 de novembro através de [formulário online](#).

(Fundo Elas, 01/11/2018 - [acesse no site de origem](#))

Promovido pelo [Blog e Coletivo virtual Gorda&Sapatão](#) em parceria com as [Blogueiras Negras](#), o curso de segurança digital oferecido pela CiberAna é uma das iniciativas apoiadas pelo Fundo ELAS no **Edital LBT: Autonomia, Liderança e Direitos**.



O projeto vai oferecer dois módulos de um curso online e gratuito para mulheres LBTs que tenham interesse em conhecer tecnologia e segurança digital por uma perspectiva feminista, utilizando como base pedagógica a [Guia Prática de Estratégias e Táticas para Segurança Digital Feminista](#).

Autonomia, Liderança e Direitos para lésbicas, bissexuais e trans

O Edital LBT: Autonomia, Liderança e Direitos visa apoiar a cidadania LGBT e fortalecer a resistência contra o retrocesso de direitos, financiando projetos de ativistas lésbicas, bissexuais e trans (LBT).

O primeiro edital dessa iniciativa foi lançado em dezembro de 2017 e recebeu 127 propostas de 20 estados. Foram selecionados 10 projetos de grupos e organizações dos estados de Alagoas, Ceará, Distrito Federal, Pará, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo.

Os projetos atuam com enfoque na cidadania LGBT; na construção de movimento; formação política e ação coletiva. Serão realizados cursos, publicações, exposições, saraus, festivais artísticos, seminários, torneios esportivos, etc., com foco no protagonismo de lésbicas, bissexuais e trans.

Acompanha a CiberAna no [Instagram](#) e saiba mais sobre ela [aqui](#).

-
[Confira outros projetos apoiados no Edital LBT.](#)